

**MUNICÍPIO
DE
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 23/2020 – 10 DE NOVEMBRO DE 2020
DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL
(MANDATO DE 2017/2021)**

(Contém 16 páginas)

Estiveram presentes os seguintes membros:

**Presidente: Vítor Paulo Gomes Pereira
Vereador: Tiago Manuel Pereira da Cunha
Vereadora: Maria José Brito Lopes Moreira
Vereador: Vítor Manuel Rosas da Silva
Vereador: Sérgio de Sousa Caselhos**



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Ata n.º 23/2020 da reunião ordinária realizada no dia 10 de novembro de 2020 iniciada às 10h30m e concluída às 13h00.

SUMÁRIO

PÁGINAS

ABERTURA	3
PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO	3
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA	3
PERÍODO DA ORDEM DO DIA	3
APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR	3
BALANCETE	3
SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS	4
GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – ADJUDICAÇÃO DO CONCURSO	4
BIOLOGICALL COURA – OFICINA DE BIO-NEGÓCIOS – ABERTURA DE PROCEDIMENTO	5
DELIBERAÇÕES DIVERSAS	7
CASA DO OUTEIRO - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A TRAMITAÇÃO PROCEDIMENTAL	7
NO ÂMBITO DO PROGRAMA REVIVE	7
AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 198 E 198S NA EN 303 PARA LIGAÇÃO A3	8
AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 11 E 11S, PARA LIGAÇÃO A3	10
AQUISIÇÃO DA PARCELA 110 – EN 303 - PARA LIGAÇÃO A3	12
PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO MUNICIPAL	14
PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA PARQUE DE CARAVANAS	14
SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR	16
COMPARTICIPAÇÃO DE FREQUÊNCIA DE JARDIM DE INFÂNCIA – DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO	16
BOLSAS DE ESTUDO - NOMEAÇÃO DE JÚRI E ABERTURA DE CANDIDATURAS – ANO LETIVO DE 2020/2021	16
APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA	16
ENCERRAMENTO	16



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

ABERTURA

No dia dez do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, no edifício dos Paços do Concelho e sala de sessões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal sob a presidência de Vítor Paulo Gomes Pereira, estando presentes os vereadores: Tiago Manuel Pereira da Cunha, Maria José Brito Lopes Moreira, Vítor Manuel Rosas da Silva e Sérgio de Sousa Caselhos.-----

A reunião foi secretariada por Ana Clara Ribeiro de Carvalho, técnica superior do Serviço Administrativo e Financeiro do Município. -----

Sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver quorum para funcionamento do executivo, o presidente declarou aberta a sessão. -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

Não houve intervenções.-----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Não houve assuntos. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

PONTO 01: Aprovação da proposta de ata n.º 22/2020, da reunião ordinária de 27-10-2020 oportunamente distribuída e dispensada de leitura.-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a ata n.º 22/2020, da reunião ordinária de 27-10-2020. -----

O Vereador Vítor Silva e a Vereadora Maria José Moreira não votaram, por não terem estado presentes na reunião a que a ata se refere.-----

BALANCETE

PONTO 02: A Câmara Municipal tomou conhecimento do balancete de Tesouraria, relativo ao dia 06-11-2020, que acusava os seguintes saldos:-----

CX/BC	Fundos Maneio	Saldo	
	Presidência:	650,00 €	seiscentos e cinquenta euros
	Vice-Presidência:	200,00 €	duzentos euros
	Vereadora RPTI:	200,00 €	duzentos euros
	Vereador RPMT:	100,00 €	cem euros
	DAF	200,00 €	duzentos euros
	DECAS	400,00 €	quatrocentos euros
	DOSM	400,00 €	quatrocentos euros
	DUA	0,00 €	
Em cofre na Tesouraria:		3 778,67	três mil setecentos e setenta e oito euros e sessenta e sete cêntimos
Depósitos			
Conta n.º 0035/00000038430 (CGD)		84 453,79€	Oitenta e quatro mil quatrocentos e cinquenta e três euros e setenta e nove cêntimos
Conta n.º 0035/00001129320 (CGD)		19 951,92€	dezanove mil novecentos e cinquenta e um euros e noventa e dois cêntimos
Conta n.º 0035/00001129730 (CGD)		31 011,84€	Trinta e um mil onze euros e oitenta e quatro cêntimos
Conta n.º 0018/00032084298020 (BST)		6 975,17€	seis mil novecentos e setenta e cinco euros e dezassete cêntimos
Conta n.º 0018/10533024020 - (BST)		900,18€	novecentos euros e dezoito cêntimos



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Conta n.º 0018/14401376020 - (BST)	1 643,81€	mil seiscentos e quarenta e três euros e oitenta e um cêntimos
Conta n.º 0018/14497465020 - (BST)	35 910,28€	trinta e cinco mil novecentos e dez euros e vinte e oito cêntimos
Conta n.º 0018/14 824 607 001 - (BST)	174 054,62€	cento e setenta e quatro mil cinquenta e quatro euros e sessenta e dois cêntimos
Conta n.º 0018/14824607312 - (BST)		
Conta n.º 0018/15 094725020 - (BST)	4 681,88€	quatro mil seiscentos e oitenta e um euros e oitenta e oito cêntimos
Conta n.º 0018/15 889736020 - (BST)	23 168,96€	vinte e três mil cento e sessenta e oito euros e noventa e seis cêntimos
Conta n.º 0018/17568171020 - (BST)	3 269,69€	três mil duzentos e sessenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos
Conta n.º 0018/17996034020 - (BST)	595,23€	quinhentos e noventa e cinco euros e vinte e três cêntimos
Conta n.º 0018/24966582020 - (BST)	38,65€	trinta e oito euros e sessenta e cinco cêntimos
Conta n.º 0018/32379778020 - (BST)	4,22€	quatro euros e vinte e dois cêntimos
Conta n.º 0079/00490503810 - (BIC)	983,93€	novecentos e oitenta e três euros e noventa e três cêntimos
Conta n.º 0079/00490503820 - (BIC)	€	
Conta n.º 0033/00 56 436 347 - (BCP)	3 656,14€	três mil seiscentos e cinquenta e seis euros e catorze cêntimos
Conta n.º 54700062007 - (NOVO BANCO)	5 961,08€	cinco mil novecentos e sessenta e um euros e oito cêntimos
Conta n.º 54700868009 - (NOVO BANCO)	7 324,14€	sete mil trezentos e vinte e quatro euros e catorze cêntimos
Conta n.º 0045/40024534053 (CCAM)	65 786,84	Sessenta e cinco mil setecentos e oitenta e seis euros e oitenta e quatro cêntimos
Conta n.º 0045/4028562054 (CCAM)	1 903 078,07€	Um milhão novecentos e três mil e setenta e oito euros e sete cêntimos
Conta n.º 0045/40285634511 (CCAM)	458 864,89€	quatrocentos e cinquenta e oito mil oitocentos e sessenta e quatro euros e oitenta e nove cêntimos
Conta n.º 0010/3654235001001 (BPI)	5 561,15€	cinco mil quinhentos e sessenta e um euros e quinze cêntimos
Conta n.º 0019/20000383 (BBVA)	21 994,07€	Vinte e um mil novecentos e noventa e quatro euros e sete cêntimos

SERVIÇO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA E FINANCIAMENTOS

GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – ADJUDICAÇÃO DO CONCURSO

Ponto 03: Apreciação, discussão e votação da proposta de adjudicação e minuta do concurso de Gestão de Eficiência Energética, conforme relatório final que se transcreve:-----

“GESTÃO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA - 37/20_S -----

Relatório Final-----

Designação do júri do procedimento: <u>Deliberação da Câmara Municipal de 30-07-2020</u> Presidente – Ricardo Carlos Sousa Marinho 1.º Vogal – Sofia Lages de Carvalho 2.º Vogal – Xavier Manuel Rodrigues Pinto	Data da reunião: 06 de novembro de 2020 Preço base global: € 1 951 219,56
---	--

Relatório final elaborado em cumprimento do disposto no artigo 124.º do Código dos Contratos Públicos (adiante CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na sua redação em vigor, ao qual se encontram anexos os documentos nele mencionados.-----

De acordo com o disposto no n.º 1 do art.º 123.º do CCP, o júri do procedimento procedeu à audiência prévia escrita dos concorrentes, fixando um prazo de 5 dias úteis. Para o efeito, todos os concorrentes foram notificados



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

do relatório preliminar, no dia 20-10-2020. Não foram apresentadas observações por parte dos concorrentes, em sede de audiência prévia. -----

Com fundamento no supra exposto e nos factos constantes do relatório preliminar, o júri do procedimento delibera, por unanimidade: -----

1. **Admitir** a proposta do concorrente que a seguir se enumera, por não se verificar qualquer dos motivos de exclusão previstos no artigo 70.º, n.º 2 do CCP: -----
ISETE -Inovação, Soluções Económicas e Tecnologia, S.A., em regime de consórcio externo com a I-VINTE E CINCO, LDA.;-----
2. **Excluir** as propostas dos concorrentes que a seguir se enumeram:-----
Ferrovia Serviços S.A., pelo motivo de exclusão constante na a), n.º 2 do art.º 70.º do CCP;-----
LTX-Illuminação Técnica, S.A., pelo motivo de exclusão constante na a), n.º 2 do art.º 70.º do CCP.-----
3. **Propor** a seguinte ordenação das propostas, tendo em consideração o critério de adjudicação estabelecido no convite:-----

Ordenação	Concorrente	Valor global
1º	ISETE – Inovação, Soluções Económicas e Tecnologia, SA, em regime de consórcio externo com a I-VINTE CINCO, LDA.	1.934.007,70 €

Conclusão: -----

Face ao anteriormente exposto neste relatório, o júri do procedimento delibera, por unanimidade, propor:-----

----- 1. Que a intenção de adjudicação seja manifestada ao concorrente ISETE – Inovação, Soluções Económicas e Tecnologia, SA, em regime de consórcio externo com a I-VINTE CINCO, LDA., pelo valor de 1.934.007,70 € (um milhão novecentos e trinta e quatro mil e sete euros e setenta centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor. -----

Foi deliberado, por unanimidade, autorizar a adjudicação da prestação de serviços de Gestão de Eficiência Energética, ao concorrente ISETE – Inovação, Soluções Económicas e Tecnologia, SA, em regime de consórcio externo com a I-VINTE CINCO, LDA., pelo valor de € 1 934 007,70 (um milhão novecentos e trinta e quatro mil e sete euros e setenta centimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor e aprovar a minuta do contrato. -----

BIOLOGICALL COURA – OFICINA DE BIO-NEGÓCIOS – ABERTURA DE PROCEDIMENTO

PONTO 04: Apreciação, discussão e votação da proposta de abertura de procedimento da empreitada para “Biological Coura – Reabilitação de edifício para criação de Oficina de Bio-Negócios” – 48/2020_E, conforme informação técnica que se transcreve:-----

“CONSIDERANDO: -----

1. A aprovação da candidatura designada por “Biological Coura” apresentada ao Aviso n.º NORTE-27-2019-52 - Apoio a Incubadoras / Viveiros de empresas para a promoção do micro empreendedorismo e empreendedorismo social, com uma taxa de financiamento de 85% e um investimento máximo elegível de 200.000€; -----

2. A aprovação do Projeto de Execução tomada pela Câmara Municipal em sua reunião ordinária de 26-12-2019.

Propõe-se:-----

1. O lançamento do procedimento de contratação pública por Concurso Público para a execução da empreitada BiologicalCoura – Reabilitação de edifício para criação de oficina de Bio-negócios, com fundamento na alínea b) do n.º 1 do art.º 19.º do CCP; -----
2. A publicitação do procedimento de contratação pública no Diário da República, de acordo com o n.º 1 do artigo 130.º do CCP;-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

3. O valor base do procedimento de 189.438,23€ (cento e oitenta e nove mil quatrocentos e trinta e oito euros e vinte e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, definido a partir do apuramento dos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos para execução de trabalhos do mesmo tipo;
4. A aprovação do respetivo anúncio (minuta), programa de procedimento e caderno de encargos anexos à presente informação, nos termos da alínea c) do n.º 1 e 2 do artigo 40.º do CCP; -----
5. Nomear para membros do júri do procedimento, em cumprimento do n.º 1 do art.º 67.º do CCP: -----
Presidente: Ana Margarida de Barros Rebelo-----
1ª vogal: Sofia Lages Carvalho -----
2ª vogal: Mariana Lopes da Cunha -----
1º suplente: Jorge Paulo Alvarenga Lages-----
2º suplente: Helena Susana Barbosa de Sousa; -----
6. Delegar no júri do presente procedimento a resposta aos esclarecimentos solicitados pelos interessados, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 69.º do CCP; -----
7. A designação de José Miguel dos Santos Guerreiro, como gestor do contrato, em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do CCP. -----

Para cumprimento dos requisitos legais da abertura do presente procedimento, informa-se que:

1. De acordo com o artigo 47.º do Código dos Contratos Públicos, para efeitos de prévia cabimentação da despesa inerente ao contrato a celebrar, estima-se que o respetivo preço contratual, para o ano de 2020, não deverá exceder o valor de 49.963,04 € (quarenta e nove mil novecentos e sessenta e três euros e quatro cêntimos), acrescido de IVA. O restante montante contratual será inscrito no orçamento municipal para anos seguintes. -----
2. O presente procedimento insere-se no seguinte Código do Vocabulário Comum para os contratos públicos CPV 45453100-8 obras de recuperação.-----
3. À data, existem fundos para a assunção do compromisso, e a sua inscrição será efetuada após a adjudicação pelo órgão competente. -----

Foi deliberado, por unanimidade aprovar: -----

1. A autorização do lançamento do procedimento de contratação pública por concurso público para a execução da empreitada BiologicallCoura – Reabilitação de edifício para criação de oficina de Bio-negócios, com fundamento na alínea b) do n.º 1 do art.º 19.º do CCP; -----
2. A publicitação do procedimento de contratação pública no Diário da República, de acordo com o n.º 1 do artigo 130.º do CCP; -----
3. O valor base do procedimento de 189 438,23€ (cento e oitenta e nove mil quatrocentos e trinta e oito euros e vinte e três cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, definido a partir do apuramento dos custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos para execução de trabalhos do mesmo tipo; -----
4. A aprovação do respetivo anúncio (minuta), programa de procedimento e caderno de encargos anexos à presente informação, nos termos da alínea c) do n.º 1 e 2 do artigo 40.º do CCP; -----
5. Nomear para membros do júri do procedimento, em cumprimento do n.º 1 do art.º 67.º do CCP: ----
Presidente: Ana Margarida de Barros Rebelo -----
1ª vogal: Sofia Lages Carvalho -----
2ª vogal: Mariana Lopes da Cunha -----
1º suplente: Jorge Paulo Alvarenga Lages -----
2º suplente: Helena Susana Barbosa de Sousa; -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

6. A delegação no júri do presente procedimento da resposta aos esclarecimentos solicitados pelos interessados, de acordo com o disposto no n.º 2 do art.º 69.º do CCP; -----

7. A designação de José Miguel dos Santos Guerreiro, chefe de divisão, como gestor do contrato, em cumprimento do disposto no artigo 290.º-A do CCP. -----

DELIBERAÇÕES DIVERSAS

CASA DO OUTEIRO - CONTRATO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARA A TRAMITAÇÃO PROCEDIMENTAL

NO ÂMBITO DO PROGRAMA REVIVE

PONTO 05: Apreciação, discussão e votação da proposta de contrato de delegação de competências, versões finais de todas as peças do concurso de concessão de exploração do imóvel denominado de Casa do Outeiro”, no concelho de Paredes de Coura e ainda a indicação de representantes da Câmara Municipal para integrar o júri do concurso, conforme proposta que se transcreve: -----

PROPOSTA:-----

Considerando:-----

- A) Que numa iniciativa conjunta dos Ministérios da Economia, da Cultura e das Finanças, o Governo lançou o **Programa REVIVE**, com o objetivo de promover a requalificação e subsequente aproveitamento turístico de um conjunto de imóveis do Estado com valor arquitetónico, patrimonial, histórico e cultural que não estão a ser devidamente usufruídos pela comunidade em que se inserem e, nalguns casos, encontrando-se em adiantado estado de degradação;-----
- B) Que o modelo base que se prevê no **Programa REVIVE** passa pela recuperação desses imóveis através da realização de investimentos privados, tornando-os aptos para afetação a uma atividade económica, nomeadamente nas áreas da hotelaria, da restauração, das atividades culturais, ou outras formas de animação e comércio, alcançando os pressupostos de valorização e recuperação cuidada dos imóveis em presença e também contribuindo para o desenvolvimento económico e social das regiões onde se localizam esses mesmos imóveis;-----
- C) Que o mecanismo de atribuição aos privados que irão realizar o investimento e explorar a atividade económica é o do regime de concessão da exploração ao abrigo do Código dos Contratos Públicos, durante um período alargado, de molde a permitir rentabilizar o investimento realizado, durante o qual deverá ser assegurada a sua exploração, com vocação turística, bem como a respetiva conservação e manutenção; -----
- D) Que a outorga com entidades privadas dos contratos de concessão é sempre precedida de procedimentos concursais, nos termos de minutas aprovadas pelo Grupo de Trabalho REVIVE, que asseguram a transparência, a concorrência e publicidade dos mesmos, em conformidade com o regime estabelecido no Código dos Contratos Públicos;-----
- E) Que importa reconhecer a vocação turística do Programa REVIVE e, nesse sentido, a maior agilidade e propensão do Turismo de Portugal, I.P. para a tramitação dos procedimentos concursais acima referidos;-----
- F) Que, neste circunspeto, afigura-se que a Casa do Outeiro, solar setecentista que integra um conjunto notável de solares, na freguesia de Agualonga, do concelho de Paredes de Coura, é um imóvel com história e características arquitetónicas que permitem e tornam desejável a sua integração no Programa REVIVE; -----
- G) Que o mencionado imóvel, de grande relevo histórico e cultural, é propriedade do Município de Paredes de Coura;
- H) Que estão, assim, reunidas as condições para que seja promovida a recuperação do imóvel em apreço integrado na dinâmica do Programa REVIVE, facultando a sua exploração turística; -----
- I)- Que sendo essa a vontade do Município, entende-se que deve ser aproveitada a experiência sedimentada do Turismo de Portugal, I.P. na condução do procedimento concursal necessário a esse fim, delegando o Município as competências para a tramitação do mencionado procedimento pré-contratual no aludido instituto público;-----
- J) Que, para tanto, é necessária a celebração de um contrato de delegação de competências, nos termos legais, cujo conteúdo útil é a formalização da delegação dos poderes necessários para que o Turismo de Portugal, I.P. tramite o procedimento tendente à reabilitação e concessão da exploração da Casa do Outeiro, figurando, depois, o Município como entidade concedente no contrato a celebrar; -----
- K) Que, face ao vertido, importa que o Município de Paredes de Coura delegue no Turismo de Portugal, I. P. os poderes necessários para tramitar o procedimento pré-contratual, na modalidade de concurso público, que tenha por objeto a adjudicação de uma proposta tendente à concessão da exploração do imóvel designado por Casa do Outeiro, com



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

vista à realização de obras, incluindo de infraestruturas, e posterior exploração para fins turísticos, como estabelecimento hoteleiro ou outro projeto de vocação turística, nos termos das minutas das Peças do Procedimento já discutidas entre as partes e que também importa que a Câmara Municipal aprove;-----

- L) Que importa igualmente, no seguimento do acordado com o Turismo de Portugal, I. P., designar dois representantes da Câmara Municipal de Paredes de Coura para integrarem o Júri do procedimento (um membro efetivo e um membro suplente).-----

Proponho que a Câmara Municipal delibere:-----

- 1--A celebração, entre o Município de Paredes de Coura e o Turismo de Portugal, I.P., do contrato de delegação de competências para tramitação procedimental no âmbito do programa REVIVE anexo como Documento n.º 1, o qual aqui se dá por integralmente reproduzido para os devidos efeitos.-----
- 2--Aprovar a minuta do contrato de delegação de competências para tramitação procedimental no âmbito do programa REVIVE anexa como Documento n.º 1.-----
- 3--Aprovar a minuta do programa do Concurso Público para a concessão da exploração do imóvel denominado Casa do Outeiro, sito na freguesia de Aqualonga, concelho de Paredes de Coura, anexa como Documento n.º 2, a qual aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos efeitos.-----
- 4--Aprovar a minuta do caderno de encargos do Concurso Público para a concessão da exploração do imóvel denominado Casa do Outeiro, sito na freguesia de Aqualonga, concelho de Paredes de Coura, anexa como Documento n.º 3, a qual aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos efeitos.-----
- 5--Designar como representantes da Câmara Municipal de Paredes de Coura para integrarem o Júri do Concurso Público para a concessão da exploração do imóvel denominado Casa do Outeiro: como membro efetivo (Xavier Manuel Rodrigues Pinto, endereço de email juridico@paredesdecoura.pt) e como membro suplente (José Miguel Guerreiro dos Santos, endereço de email dom@paredesdecoura.pt).-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar na íntegra a proposta supratranscrita-----

AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 198 E 198S NA EN 303 PARA LIGAÇÃO A3

Ponto 06: Apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação de valor adicional de indemnização das parcelas 198 e 198S, na EN 303, para ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura.-----

1. Enquadramento do pedido:-----

Pretende-se a aprovação do valor de indemnização da parcela 198 necessária à execução do empreendimento "EN 303 — Ligação do Parque Empresarial de Formariz à A3" e incluir a parcela 198S, sendo o prédio expropriado na sua totalidade.-----

A obra encontra-se inscrita no Plano de Intervenções na Rede (PIR).-----

2. Fundamentação/descrição da situação atual:-----

No projeto aprovado por deliberação do Conselho de Administração da IP, de 04/07/2019, está prevista a expropriação da parcela 198, com a área de 44m2.-----

É destacada de um prédio urbano que possui uma área total de terreno de 136m2, conforme o levantamento do projeto de expropriações, não coincidente com a da Caderneta Predial Urbana do artigo 1268, da União das Freguesias de Formariz e Ferreira, 101m2.-----

Todavia aquela parcela a expropriar abrange a moradia de um só piso dos expropriados, que tem uma área de implantação de 95m2e que ficaria "separada" pelo limite de expropriação.-----

Assim sendo, a indemnização terá de abranger o valor de toda a construção.-----

E, como o prédio possui uma área reduzida, possuindo apenas um logradouro com 42m2, desde logo se incluiu no projeto de expropriações a área da parcela sobrance 198S, com 92m2, tida como inevitável expropriar, pelo que a expropriação é total.-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

No PDM de Paredes de Coura o local insere-se em zona classificada como "Solo Urbanizado — Espaços Urbanos de Baixa Densidade" e como tal o solo foi classificado como "apto para construção", com um valor unitário de 56,00€/m², que teve a concordância dos expropriados. -----

Porém é um casal idoso que trabalhou no estrangeiro e veio para Portugal para se definitivamente estabelecer na casa de seus Pais que herdou em partilha de herança. -----

O valor sentimental que têm ao imóvel não é de forma alguma ressarcido num processo de expropriação — é, por assim dizer, uma "venda" forçada em prol do bem da sociedade, venda que nunca seria admitida por decisão própria. -----

E, por isso, não aceitaram a proposta de indemnização aprovada de 84.088,50€, que inclui o valor total do terreno com 136m² e, ainda, como construções/benfeitorias, o valor da moradia, 76.000,00€ e o do muro em pedra e vedação, 472,50€ -----

O valor da proposta não obteve concordância dos expropriados, tendo os mesmos apresentado uma contraproposta no valor de 101.588,50€, conforme carta que se anexa. Em síntese admitiam a possibilidade de aceitação do valor da proposta amigável de expropriação desde que fossem adicionadas à indemnização "despesas de deslocação da residência atual, transporte e armazenamento de mobiliário e pertences acumulados durante toda a vida pelos desalojados, perda ou deterioração expectável de parte da mobília e eletrodomésticos, alojamento temporário enquanto não é feita a instalação definitiva e adaptação do fogo a adquirir às necessidades específicas de pessoas tão idosas", despesas que estimaram em 17 500,00 €, a título de despesas por realojamento. -----

Depois de várias diligências houve uma certa anuência ao valor que se irá propor, com a observação de que a decisão teve por base a idade avançada dos proprietários, as dificuldades na aquisição em mercado de imóvel com as mesmas áreas de ocupação habitacional e de logradouro, para além da mesma localização e que a expropriação litigiosa se prolongaria, eventualmente, por vários anos, com custos processuais associados muito elevados, tanto para os expropriados como para a expropriante, que acabariam por não compensar, dado o montante em discussão. -----

No relatório da vistoria "ad perpetuum rei memoriam", de que se anexa fotocópia, consta que o muro tem 20 metros de extensão por 0,85m de altura (17 m²), encimado por uma vedação com 0,95 m de altura em rede com postes metálicos, cujas dimensões são diferentes da ficha de avaliação e que serão corrigidas em conformidade. -----

Relativamente ao muro de alvenaria, bem trabalhado cujo valor unitário aprovado de 40€/m², não traduz os valores correntes na região, variáveis de 90 a 100€/m². -----

Estimamos que é razoável o valor de 60€/m², informando que no caso da parcela 129, esse valor foi de 75€/m², tendo em consideração o seu estado de conservação e ter como altura média a de 2 metros. Quanto ao valor da rede com postes metálicos será adotado o constante do projeto aprovado de 12,50€/m². -----

Os proprietários vão ter de adquirir um imóvel e não será fácil arranjar nas proximidades um que lhes dê condições idênticas ao existente, o conforto que tinham por habitarem casa dos pais e com um familiar, numa moradia muito próxima. -----

Por outro lado, vão ter de contratar uma empresa de mudanças para retirar todos os seus bens, depois de os encaixotar e os transportar para um armazém que será arrendado para o efeito. -----

Também irão suportar despesas com a aquisição do novo imóvel, entre outras, a escritura, o IMT o IS, a legalização na matriz e no registo predial, com o pedido de abastecimento de água, luz e telefone, obrigações que terão de ser efetuadas por outrem, ou seja, terão de ser pagas, uma vez que as inúmeras deslocações a todos estes Serviços não é conciliável com a idade que o casal tem e a dificuldade de se movimentarem. -----

Foram estes encargos que se procurou englobar na justa indemnização e que se admitem decorrerem diretamente da expropriação, sendo encargos que, pelas regras da normalidade e experiência comum, os proprietários



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

previsivelmente suportarão pela via da aquisição de nova habitação, tomando-se ainda em consideração o avanço da empreitada no local e cujo atrasos na execução, poderia levar a reclamação e a um pedido de reequilíbrio financeiro por parte da firma adjudicatária, que se pretende evitar.-----

Face ao exposto o valor de indemnização a propor superiormente será:-----

valor do terreno da P198: 44m2x 56,00€/m2 2.464,00€-----

Valor do terreno do sobrante P198 S: 92m2x 56,00€/m2 5.152,00€ -----

Moradia: 95m2 x 800€/m2 76.000,00€ -----

Muro em pedra emparelhada: 20m x 0,85m x 60€/m2 1.020,00€ -----

Vedação em rede e postes metálicos: 20m x 0,95m x 12,50€/m2 237,50€ -----

Embalar e transportar bens móveis da moradia: 4 dias x 8h x 50€/h 1.600,00€-----

Aluguer da viatura: 4 dias x 120€/dia 480,00€ -----

Escritura, impostos e registos 1.000,00€-----

Encargos com as ligações das redes 1.500,00€ -----

Renda do armazém de recolha: 3 meses x 175,00€ 525,00€-----

Total da indemnização 89.978,50€-----

Depois das conversas tidas com a Mandatária dos expropriados foi conseguido que estes reconsiderassem na contraproposta apresentada (+/- 101.600 €), sendo possível estabelecer um acordo amigável pelo montante de 90.000,00€, que julgamos será de aceitar em face dos considerandos acima expostos e que depois de aprovada superiormente garante a conclusão do processo sem mais delongas.-----

Faz-se referência que esta obra tem um acordo de gestão (protocolo) celebrado entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Paredes de Coura onde se estabeleceu que é da inteira responsabilidade da IP, S.A. a condução de todo o processo expropriativo mas será a Autarquia a suportar, na totalidade, todas as despesas relativas às expropriações.-----

Assim, esta proposta deverá ser encaminhada para a Autarquia para conhecimento deste encargo adicional e posterior validação do mesmo.-----

3. Concretização do pedido-----

Face ao exposto, coloca-se à consideração esta proposta que se for tida por conveniente será para submeter à aprovação do Município de Paredes de Coura e o encargo adicional de 7% da indemnização desta parcela será de cinco mil novecentos e onze euros e cinquenta cêntimos (5.911,50€).-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, conforme informação supratranscrita, de encargo adicional no valor € 5 911,50 (cinco mil novecentos e onze euros e cinquenta cêntimos), para a aquisição das parcelas 198 e 198S, na EN 303, necessárias à ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura. -----

AQUISIÇÃO DAS PARCELAS 11 E 11S, PARA LIGAÇÃO A3

Ponto 07: Apreciação, discussão e votação da proposta de autorização para emissão de cheque no valor total de € 1 728,00 referente a expropriação das parcelas 11 e 11S para a ligação do Parque Empresarial de Formariz à A3 (Nó de Sapardos – Paredes de Coura): -----

1. Enquadramento do pedido -----

Pretende-se a aprovação do valor de indemnização da parcela n.º 11 e 11 S, necessária ao empreendimento da “EN 303 – Ligação do Parque Empresarial de Formariz à A3”.-----

Esta obra encontra-se inscrita no Plano de Intervenções na Rede (PIR).-----

2. Fundamentação/descrição da situação atual -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

No projeto aprovado por deliberação do Conselho de Administração da IP, de 04/07/2019, está prevista a expropriação de parcela de terreno para a execução deste empreendimento entre as quais a parcela designa pelo n.º 11 e 11 S. -----

No decorrer dos contactos estabelecidos desde a notificação da resolução de expropriar, o mandatário dos expropriados, expressou o seu desagrado quanto ao valor proposto por estes Serviços, uma vez que o mesmo, não corresponde ao valor real do terreno. -----

Alegam ainda que a área real do prédio é de 640 m² conforme registo das certidões das Finanças e Conservatória, (Doc 1 e 2) área esta medida à data das avaliações pelos competentes serviços da ATA. -----

A diferença para os 594 m² que a entidade expropriante comunicou na resolução de expropriar, prende-se com parte da área do rego foreiro, que, segundo os proprietários, é pertença sua, conforme os usos e costumes da região. -----

Argumentou que aceita o valor unitário proposto desde que se pague a referida área constante nos documentos anexos. -----

Analisada a situação e após deslocações ao local, nomeadamente na data da vistoria “ad perpetuum rei memoriam” e tomada da “Posse Administrativa”, foi possível constatar tal facto, o que tudo leva a crer que assiste razão aos proprietários, já que o rego percorre a estrema do prédio localizada a nascente. -----

Trata-se de uma relativa pequena diferença de áreas ou seja (640 m² – 594m² = 46 m²) que se admite incluir como área a expropriar, conforme argumentação. -----

Neste sentido, e face ao valor unitário proposto que segundo as bases de avaliação é de 2,70€/m², o valor global para a parcela designada pelo n.º 11 e 11 S passar a ser de Área total do Prédio: 640 m² x 2,70€/m² = 1.728,00€. Com esta aprovação, pretende-se chegar a acordo com os proprietários, para se concluir o processo de expropriação amigável, porque em sede de expropriação litigiosa os encargos com as arbitragens seriam elevados, possivelmente superiores ao encargo adicional com a proposta ora em causa. -----

O encargo adicional com as indemnizações será de 124,20€ repercutido no valor da área não atribuída ao valor unitário e a atribuição de uma depreciação à sobrança não contabilizada no rego de consortes, conforme descrita e mencionada no quadro seguinte: -----

Nº DA PARCELA	MATRIZ PREDIAL RÚSTICA	AREA A EXPROPRIAR (m2)	VALOR INDEMNIZAÇÃO APROVADO (€)	Área corrigida real do prédio (€/M2)	VALOR INDEMNIZAÇÃO PROPOSTO (€)	DIFERENCIAL DE VALOR (€)
11	649	563	1 520,10		1 520,10	1 520,10
11S	649	31	83,70		83,70	83,70
11	649			640	124,24	124,24
total		594	1 603,80	640	1 728,00	124,24

De mencionar quer esta obra tem um acordo de Gestão (Protocolo) celebrado entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Paredes de Coura onde se estabeleceu que é da inteira responsabilidade da IP, S.A. a condução de todo o processo expropriativo, mas será a Autarquia a suportar, na totalidade, todas as despesas relativas às expropriações. -----

Assim, esta proposta deverá ser encaminhada para a Autarquia para conhecimento deste encargo adicional e posterior validação do encargo que assumirá. -----

3. Concretização do pedido -----

Face ao exposto, coloca-se à consideração submeter à autorização da IP-DRR, a emissão do referido cheque no montante total de 1 728,00€ para formalização do Auto de Expropriação Amigável da parcela 11 e 11 S em causa.

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar o valor da indemnização no montante de € 1 728,00 (mil setecentos e vinte e oito euros), para a aquisição das parcelas 11 e 11S, necessárias à ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura, conforme proposta supratranscrita. ----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

AQUISIÇÃO DA PARCELA 110 – EN 303 - PARA LIGAÇÃO A3

Ponto 08: Apreciação, discussão e votação da proposta de aprovação de valor de indemnização da parcela 110, na EN 303, para ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura. -

1. Enquadramento do pedido: -----

Pretende-se a aprovação do valor de indemnização da parcela 110, necessária à execução do empreendimento "EN 303 — Ligação do Parque Empresarial de Formariz à A3". -----

A obra encontra-se inscrita no Plano de Intervenções na Rede (PIR). -----

2. Fundamentação/descrição da situação atual -----

No projeto aprovado por deliberação do Conselho de Administração da IP, de 04/07/2019, está prevista a expropriação da área de 340m² à parcela 110 (anexa-se a respetiva planta parcelar). -----

O local insere-se em zona classificada no PDM de Paredes de Coura como "Solo Rural — Áreas de Edificação Dispersa" e foi classificado nas bases de avaliação como solo apto para construção, com um valor unitário de 18,00€/m², resultando para o terreno um montante de 6.120,00€ -----

No valor de indemnização aprovado, 27.419,49€, está incluído o valor do terreno acima referido, o valor de 2.243,35€, que diz respeito às benfeitorias que o projetista menciona na Ficha de Avaliação da parcela e, ainda, uma depreciação de 30%, da parte sobrança, mais precisamente da casa de habitação (anexa-se extrato da FA).

Os expropriados não aceitaram o valor proposto porque são privados de uma parte do prédio onde se localiza o tanque que rega a propriedade constituída pelo prédio urbano de onde se destaca a P 110 e pelo rústico confinante. Esse tanque é abastecido todo o ano por uma mina/poço que permite a rega por gravidade. -----

Relativamente ao tanque cuja construção do fundo é em betão armado e as paredes em blocos de betão revestidos, não concordam com o valor de 20€/m² atribuído pelas bases de avaliação, uma vez que não corresponde ao seu valor real. -----

Chama-se a atenção para este valor unitário, é o mesmo que é atribuído nas bases de avaliação a um muro em pedra solta. -----

Assim, iremos propor para este tanque com as características acima indicadas um valor unitário de 40€/m², que corresponde a um muro em blocos de cimento rebocados. -----

E, também não concordam com a importância atribuída à desvalorização da moradia, para não se mencionar o problema da água de rega. -----

Ao longo de quase um ano foram várias as diligências efetuadas com vista a um acordo amigável, porque se calculava vir a decidir-se por um valor superior, se fosse uma expropriação litigiosa. -----

Contudo, só agora foi possível que aceitassem um montante indemnizatório que, no entender da signatária, será justo e inferior ao de uma arbitragem, com os respetivos encargos. -----

Todavia deixaram bem claro que o valor é muito inferior ao que pretendiam e só anuíram porque o processo amigável tem um fim à vista relativamente próximo enquanto que um litigioso não é possível prever a sua conclusão. -----

Convém salientar que não se altera o valor unitário do terreno, 18,00€/m², porquanto já teve a aceitação de outros expropriados, alguns com AEA já celebrados, terrenos esses que possuíam as mesmas características e inseridos na mesma Zona em termos de Ordenamento e de acordo com o Regulamento do PDM de Paredes de Coura. ----

(...): -----

O valor de indemnização de 39.382,75€, que agora se propõe para aprovação será devidamente justificado a seguir. -----

1 — Benfeitorias -----

Quanto às benfeitorias iremos avaliá-las de acordo com o mencionado no RVAPRM, que se anexa, algumas com dimensões diferentes das constantes da Ficha Avaliação. -----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Assim teremos:-----

- Vinha em ramada: 30,00m x 2,50m x 5,00€/m² 375,00€-----

- Tanque: 7,50m x 5,50m x 40,00€/m² 1.650,00€-----

- Muro em pedra aparelhada: 20,40m x 1,00m x 40€/m² 816,00€-----

- Vedação em rede e perfis de ferro: 20,40m x 1,25m x 12,50 318,75€-----

- Portão com ombreira em pedra: 4,20m x 25€/m 105,00€-----

- Esteios de cimento: 29,60m x 5,00€/m 148,00€-----

Total 3.412,75€-----

2 — Depreciação da parte sobrança

Nas bases de avaliação aprovadas admitiu-se que a construção/moradia existente na parte sobrança do prédio é afetada e não mantém os mesmos cômodos que detinha à data da DUP, porque a nova via se encontra muito próximo, a cerca de 27m e 17m do limite de expropriação e a cota elevada variável de 6 a 7 metros (anexa-se extrato das bases de avaliação)-----

Assim sendo foi calculado o valor da construção e atribuída uma depreciação de 30% ao imóvel.-----

Estamos de acordo com a percentagem atribuída à depreciação, mas não com o valor calculado para essa moradia, de 63.520€, que teve como suporte o seu estado físico.-----

De mencionar que é um prédio urbano inscrito na matriz em 1986, ou seja, tem 34 anos, pelo que reduziu o seu valor tendo em consideração o seu estado físico, funcional e económico, em 40%, não traduzirá a realidade.-----

O interior da moradia está em muito bom estado de conservação, com materiais de alguma qualidade tendo em conta a época e, o exterior está muito conservado e foi recentemente pintado.-----

Como se pode verificar na Caderneta Predial Urbana do Prédio que se anexa, a área privativa é de 137,50m² e a dependente de 179,00m², sendo o valor de construção do R/c diminuído de 70% em relação ao do andar (critério das bases e estipulado no CIMI, quase nunca usado em arbitragem/peritagem).-----

O valor do custo de construção no ano de 2020, DUP, é de 556,50€/m².-----

Atendendo à idade e estado de conservação da moradia o seu valor será diminuído em 30%.

Valor da construção: 556,50€/m² x (137,50m² + 179,00m² x 0,3) x 70% = 74.500,00€.-----

Considerando a desvalorização da construção em 30% pela construção da via, resulta: 74.500,00€ x 30% = 22.350,00€-----

3 — Encargos

O tanque é abastecido por um poço em argolas que se encontra na parcela 116.-----

Não é possível preservar o poço porque está situado na zona da faixa de rodagem, em aterro com 7 metros de altura.-----

Uma das dificuldades na obtenção de acordo era o problema desta água de rega.-----

É que a propriedade era regada sem quaisquer custos, pois a água é transportada até ao tanque por gravidade e sai para rega pelo mesmo meio, ou seja, não há motores nem energia, apenas a limpeza de vez em quando para retirar a sujidade que se acumula, limos e outras sujidades daninhas.-----

Atualmente a forma mais usual de captação de água é através de um furo, uma bomba que já consome energia elétrica, ou seja, há despesas que até à DUP os expropriados não possuíam.-----

Assim para fazer face a este encargo adicional propomos o valor de sete mil e quinhentos euros (7.500,00€) que engloba a sua legalização, os trabalhos de perfuração do furo por empresa da especialidade e uma verba para gastos com a energia, numa primeira fase.-----

Face ao exposto propomos o valor de indemnização assim calculado:-----

Valor do terreno: 340m² x 18,00€/m² 6.120,00€-----

Valor das benfeitorias: 3.412,75€-----

Depreciação do sobrança: 22.350,00€-----

Reposição da água de rega: 7.500,00€-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

Total da indemnização: 39.382,75€-----

Trata-se de uma proposta que julgamos razoável mesmo sendo 40% superior ao aprovado, mas se for aprovada superiormente, garante a conclusão do processo pela via amigável, disponibilizando a verba para os expropriados refazerem o tanque e o furo o mais rápido possível até primavera/verão do próximo ano. -----

Faz-se referência que esta obra tem um acordo de gestão (protocolo) celebrado entre a Infraestruturas de Portugal, S.A. e o Município de Paredes de Coura onde se estabeleceu que é da inteira responsabilidade da IP, S.A. a condução de todo o processo expropriativo mas será a Autarquia a suportar, na totalidade, todas as despesas relativas às expropriações. -----

Assim, esta proposta deverá ser encaminhada para a Autarquia para conhecimento deste encargo adicional e posterior validação do mesmo. -----

3. Concretização do pedido-----

Face ao exposto, coloca-se à consideração esta proposta que se for tida por conveniente será para submeter à aprovação do Município de Paredes de Coura com o encargo adicional da indemnização de onze mil novecentos e sessenta e três euros e vinte e seis cêntimos (11 963,26€).-----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada, conforme informação supratranscrita, de encargo adicional no valor € 11 963,26 (onze mil novecentos e sessenta e três euros e vinte e seis cêntimos), para a aquisição da parcela 110, necessária à ligação do parque empresarial de Formariz à A3 (nó de Sapardos/Paredes de Coura. -----

PROTOCOLO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO MUNICIPAL

PONTO 09: Apreciação, discussão e votação da proposta de protocolo de cedência de edifício da antiga escola primária de Moldes - Romarigães à Junta da Freguesia de Romarigães, para criação de um espaço multidisciplinar de apoio às atividades culturais da freguesia, designadamente para nele serem instalados espaços de ensaio para música popular, realização de convívios, etc. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de protocolo de cedência de edifício da antiga escola primária de Moldes - Romarigães à Junta da Freguesia de Romarigães, para criação de um espaço multidisciplinar de apoio às atividades culturais da freguesia, designadamente para nele serem instalados espaços de ensaio para música popular, realização de convívios, etc -----

PROPOSTA DE REVOGAÇÃO DE CONTRATO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO PARA PARQUE DE CARAVANAS

PONTO 10: Apreciação, discussão e votação da proposta e minuta de revogação do contrato de concessão do direito de ocupação e exploração de espaço público para a atividade de parque de autocaravanas e caravanas com a AC Parking, Lda. -----

Considerando: -----

- a)-Que, de acordo com a alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal administrar o domínio público municipal;-----
- b)-Que, nos termos da alínea ee) do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal criar, construir e gerir instalações, equipamentos, serviços, redes de circulação, de transportes, de energia, de distribuição de bens e recursos físicos integrados no património do município ou colocados, por lei, sob administração municipal; -----
- c)-Que, de acordo com o disposto no artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, dispondo o Município de atribuições, designadamente, ao nível do equipamento rural e urbano, do património, da promoção do desenvolvimento e do ordenamento do território e do urbanismo;-----
- d)-Que, nos termos do artigo 330.º do Código dos Contratos Públicos, a revogação é uma forma de extinção dos contratos públicos; -----
- e)-Que de acordo com o disposto no artigo 331.º do Códigos dos Contratos Públicos:-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

- as partes podem, por acordo, revogar o contrato em qualquer momento;-----
- os efeitos da revogação são os que tiverem sido validamente fixados no acordo de revogação;-----
- e a revogação não pode revestir forma menos solene do que a do contrato;-----
- f)- Que, no dia 15/03/2016, o Município de Paredes de Coura e a AC Parking, Lda., NIPC 513711821, na sequência de concurso público lançado para o efeito, celebraram um contrato de concessão do direito de ocupação e exploração de espaço público para a atividade de parque de autocaravanas e caravanas (área de serviço e estacionamento);-----
- g) Que, nos termos do disposto na cláusula primeira do referido contrato, o objeto do mesmo consiste na concessão do direito de ocupação e exploração do espaço público para a atividade de parque de autocaravanas e caravanas (área de serviço de estacionamento) e a cedência do espaço inclui a utilização da área localizada no Largo da Feira;-----
- h) Que nos termos da cláusula terceira do contrato celebrado: a concessão do direito de exploração tem a duração de dez anos, a contar da data de assinatura do contrato;-----
- i)- Que a AC Parking, Lda., em 03/08/2020, dirigiu uma comunicação ao Município de Paredes de Coura com os seguintes dizeres:-----
- j)- A exploração da concessão do parque de autocaravanas iniciada em junho de 2016 não tem revelado os resultados previstos no estudo de viabilidade económica que pressupunha a implementação de regulamentação existente a nível europeu e que se estimava fosse também aplicada em Portugal no curto prazo.-----
- Os resultados estão aquém dos previstos e geraram passivos acumulados sem perspetiva positiva futura. Anexamos extratos de vendas dos anos 2016 a 2019. Todos os elementos contabilísticos estão à disposição de Vas Exas.-----
- Vendas:-----
- | | |
|------|------------|
| 2016 | 774,72 € |
| 2017 | 1.246,15 € |
| 2018 | 1.100,94 € |
| 2019 | 2.075,65 € |
- Face ao exposto, vimos pelo presente colocar à consideração de Va Exa a revogação do contrato celebrado em 15 de março de 2016 e que resultou na inauguração do parque em 10 de Junho do mesmo ano após conclusão das obras;
- k) Que efetivamente a exploração do parque de caravanas e autocaravanas não apresenta os resultados esperados, revelando-se extremamente deficitária, considerando até a área ocupada pelo mesmo;-----
- l)- Que, nos termos da cláusula segunda do contrato de concessão celebrado entre as partes, pela concessão a AC Parking, Lda. obrigou-se a pagar mensalmente ao Município de Paredes de Coura o valor fixo de 150 euros, acrescido de 10% do volume de faturação mensal, tendo ainda sido convencionado um período de carência de 2 anos;-----
- m) Que, face à área ocupada pelo parque de caravanas e autocaravanas e à diminuta faturação mensal do mesmo, os proveitos económicos gerados para o Município pela concessão são francamente diminutos/insuficientes;-----
- n) Que é do interesse público municipal desafetar pelo menos parte da área afetada ao parque de autocaravanas e caravanas (correspondente ao Largo da Feira) para, naquele espaço, se criar um parque de estacionamento que sirva o mercado municipal, recentemente reabilitado, bem como um parque de lazer que se situa nas proximidades e os demais serviços localizados nas imediações;-----
- o) Que a desafetação do espaço municipal mencionado no ponto anterior do parque de autocaravanas e caravanas só se mostra viável mediante a extinção do contrato de concessão celebrado, não anuindo a AC Parking, Lda. noutra solução;
- p) Que com a redução da área afeta ao parque de autocaravanas e caravanas (resultante da afetação da área correspondente ao Largo da Feira ao supra aludido parque de estacionamento) se mostra exequível a exploração do mesmo por parte do Município, através dos seus recursos próprios, não se mostrando necessário o recurso à figura da concessão. Concessão essa que, por sua vez, dada a reduzida procura dos serviços oferecidos pelo parque de autocaravanas e caravanas, já se revelou extremamente deficitária tanto para o concessionário como para o concedente dado que a parte que se previa ser mais significativa da remuneração do concedente corresponde a uma percentagem da faturação do concessionário;-----
- q) Que, como se deixou claro, existem razões de interesse público que recomendam a revogação do contrato de concessão entre as partes celebrado.-----

Proponho:-----

Que a Câmara Municipal delibere:-----



MUNICÍPIO DE PAREDES DE COURA

1--A revogação, com efeitos imediatos, do contrato de concessão do direito de ocupação e exploração de espaço público para a atividade de parque de autocaravanas e caravanas (área de serviço e estacionamento), celebrado no dia 15/03/2016, entre o Município de Paredes de Coura e a AC Parking, Lda., NIPC 513711821, na sequência de concurso público lançado para o efeito, operando-se a revogação nos termos definidos na minuta do acordo de revogação anexa como Doc. n.º 1, a qual aqui se dá por integralmente reproduzida para os devidos efeitos. -----

2--Aprovar a minuta do acordo de revogação do contrato de concessão do direito de ocupação e exploração de espaço público para a atividade de parque de autocaravanas e caravanas (área de serviço e estacionamento), a celebrar entre o Município de Paredes de Coura e a AC Parking, Lda., anexa como Doc. n.º 1. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar na íntegra a presente proposta. -----

SERVIÇO DE AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

COMPARTICIPAÇÃO DE FREQUÊNCIA DE JARDIM DE INFÂNCIA – DESPESAS DE ALIMENTAÇÃO

PONTO 11: Apreciação, discussão e votação da proposta de comparticipação de frequência de jardim de infância - despesas de alimentação – ano letivo de 2019/2020, nos termos do artigo 6º, do Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa de acordo com a informação do Serviço de Ação Social. -----

Informa-se que relativamente aos processos de comparticipação de frequência de Jardim de Infância - Despesas de Alimentação, nos termos do artigo 6º, do Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa, foi apurado, no ano letivo de 2019/2020, no valor de € 1 646,28, correspondente a 20 crianças beneficiárias.-----

Os processos encontram-se instruídos em conformidade e cada comparticipação foi calculada mediante o escalão de abono de família e despesas de alimentação pagas pela família, conforme previsto no respetivo Regulamento. -----

Anexam-se mapas, onde constam os dados e valores correspondentes a cada beneficiário, que ficam a fazer parte integrante desta ata.-----

-----“Foi deliberado, por unanimidade, autorizar o pagamento do valor total de € 1 646,28 (mil seiscentos e quarenta e seis euros e vinte e oito cêntimos), relativo a comparticipação de despesas de alimentação, de crianças, no ano letivo de 2019/2020, constantes do mapa anexo que fica a fazer parte integrante desta ata, que frequentam jardins-de-infância do concelho, nos termos do artigo 6º, do Regulamento de Apoio à Natalidade, à Família e à População Idosa”.-----

BOLSAS DE ESTUDO - NOMEAÇÃO DE JÚRI E ABERTURA DE CANDIDATURAS – ANO LETIVO DE 2020/2021

Ponto 12: Apreciação, discussão e votação da proposta de nomeação do júri e de abertura de candidatura às bolsas de estudos relativos ao ano letivo de 2020/2021. -----

Considerando o disposto nos artigos 3.º e 4.º do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo, na sua redação atual, tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere: -----

-----1. Abertura do concurso para atribuição de bolsas de estudo 2020/2021, sendo o prazo de candidatura de 15 dias úteis a contar da publicitação do respetivo aviso.-----

-----2. Nomear como elementos do júri de seleção e apreciação das candidaturas a vereadora Maria José Moreira e vereador Sérgio de Sousa Caselhos; Padre Manuel António Barbosa Moreira; Professoras Isabel Maria Carlão Policarpo, Diretora do Pólo da EPRAMI de Paredes de Coura e Ana Paula Fernandes, Diretora do Agrupamento Território Educativo de Coura. -----

Foi deliberado, por unanimidade, aprovar a abertura do concurso para atribuição de bolsas de estudo 2020/2021, sendo o prazo de candidatura até 31 de dezembro de 2020, e nomear como elementos do júri de seleção e apreciação das candidaturas a vereadora Maria José Moreira e o vereador Sérgio de Sousa Caselhos; padre Manuel António Barbosa Moreira; professoras Isabel Maria Carlão Policarpo, diretora do pólo da EPRAMI de Paredes de Coura e Ana Paula Fernandes, diretora do Agrupamento Território Educativo de Coura. -----

APROVAÇÃO DA MINUTA DESTA ATA

-----No termo desta reunião, foi deliberado, unanimidade, esta ata em minuta.-----

ENCERRAMENTO

-----E não havendo mais nada a tratar, foi, pelo presidente, encerrada a reunião, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente e pela secretária.-----